ISSN Eletrônico: 2177-1758
ISSN Impresso: 1809-3280



Revista Direito e Liberdade

Julho/Dezembro 2005 1

ISSN Eletrônico: 2177-1758
ISSN Impresso: 1809-3280

ESMARN
Escola da Magistratura do RN

Volume 1, Número 1, jul/dez 2005

REVISTA
DIREITO E LIBERDADE

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
RIO GRANDE DO NORTE

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

CAICÓ
Rua Felipe Guerra, 179
Centro - Caicó/RN - Brasil
CEP: 59300-000
www.esmarn.tjrn.jus.br

NATAL
Rua Promotor Manoel Alves
Pessoa Neto, 1000
Candelária - Natal/RN
Brasil - CEP: 59065-555
www.esmarn.tjrn.jus.br

MOSSORÓ
Av. Dix-Sept Rosado, 56
Centro - Mossoró/RN
Brasil - CEP: 59611-050
www.mossoro.esmarn.tjrn.jus.br

DIRETORIA

DIRETOR DA ESMARN
Desembargador João Batista Rodrigues Rebouças

VICE-DIRETOR DA ESMARN
Juiz Virgílio Fernandes de Macedo Júnior

SUPERVISOR
Desembargador Cristóvam Praxedes

NÚCLEO DA REGIAO OESTE
COORDENADOR REGIONAL
Juiz Francisco Seráphico da Nóbrega Coutinho

COORDENADOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO
Desembargador Expedito Ferreira de Souza

COORDENADOR ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO
Juiz Fábio Wellington Ataíde Alves

COORDENADOR ADJUNTO DE EXPANSÃO
Juiz Breno Valério Fausto de Medeiros

COORDENADOR ADJUNTO DE ENSINO E PESQUISA
Juiz Renato Vasconcelos Magalhães

ISSN Eletrônico: 2177-1758 ISSN Impresso: 1809-3280

ESCOLA DA MAGISTRATURA
DO RIO GRANDE DO NORTE

Volume 1, Número 1, jul/dez 2005

REVISTA
DIREITO E LIBERDADE

Natal Semestral

© Copyright by ESMARN

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
Conselho Editorial: Renato Vasconcelos Magalhães
Antônio Alvino da Silva Filho
Lauro Gurgel de Brito
Diagramação: (1ª) Frankly Alexandre de Sousa
(2ª) Terceirize Projetos Gráficos Editoriais
Capa e Design: Daniel Censoni
Revisão de Português: José Nicodemos de Souza
Revisão de Inglês: Rebeka Gallindo
Catalogação e Padronização: Adriana Carla Silva de Oliveira
Fernanda Ferreira Saraiva
Leda Bezerra da Silva
Biblioteca da ESMARN.

A Revista Direito e Liberdade divulga assuntos de interesse jurídico e acadêmico. Todos os artigos são de responsabilidade dos respectivos autores, sendo resguardados os direitos autorais e a liberdade de pensamento.
A Revista Direito e Liberdade cumpre a Lei nº 1.825 de 20/12/1907, sobre o depósito legal perante a Biblioteca Nacional.
Direitos reservados à Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte.

Revista Direito e Liberdade / Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – Ano 1, n.1 (2005 -). – Mossoró: ESMARN, 2005.

Periodicidade Semestral

1. Direito – Periódico. 2. Liberdade. I. Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte.

RN/ESMARN/BIBLIOTECA CDU 34(05)

Impresso no Brasil – Printed in Brazil – 2005

ESMARN
Escola da Magistratura do RN

DOCENTES

DOUTORES

Dauri Lima do Nascimento
Delosmar Mendonça Júnior
Eduardo Ramalho Rabenhorst
Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira
Francisco Glauber Pessoa Alves
Laécio Noronha Xavier
Maria dos Remédios Fontes Silva
Renato Vasconcelos Magalhães
Rodrigo Toscano de Brito
Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior
Zeno Veloso

MESTRES

Alfredo Rangel Ribeiro
Antônio Alvino da Silva Filho
Antônio Cerqueira
Daniella Alli Fernandes
Eduardo Feld
Érick Wilson Pereira
Fábio Antônio Correia Filgueira
Fernanda Maia Salomão Alves
Francisco Barros Dias
Inessa da Mota Linhares Vasconcelos
Ivanaldo Bezerra Ferreira dos Santos
José Marcelo Ferreira Costa
Lino Edmar de Menezes
Miguel Josino Neto
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Paulo Roberto Dantas de Souza Leão
Ricardo Tinoco de Góis
Rogério Magnus Varela Gonçalves
Xisto Tiago de Medeiros Neto

ESPECIALISTAS

Armando Lúcio Ribeiro
Anna Izabel de Moura Cruz
Cláudia Carvalho Queiroz
Cláudio Mendes Júnior
Clístenes Mikael de Lima Gadelha
Daniela Rosado do Amaral Duarte
Fábio Wellington Ataíde Alves
Flávia Maurícia P Carvalho Dias
Flavianne Fagundes da Costa Pontes
Francisco Seráphico da Nóbrega Coutinho
Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Guilherme Newton do Monte Pinto
Henrique Baltazar Vilar dos Santos
Jorge Cruz de Carvalho
José Armando Ponte Dias Júnior
José Dantas de Paiva
José Hercy Ponte de Alencar
José Herval Sampaio Júnior
Karine Chagas Mendonça Brandão
Keity Mara Ferreira de Souza e Saboya
Lauro Gurgel de Brito
Luis de Freitas Júnior
Madson Ottoni de Almeida Rodrigues
Manuel Maia Vasconcelos Neto
Marcos Vinicius Pereira Júnior
Marcus Aurélio de Freitas Barros

Olegário Gurgel Ferreira Gomes
Otto Bismarck Nobre Brenkenfeld
Reynaldo Odilo Martins Soares
Roger de Melo Rodrigues
Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior
Valéria Maria Lacerda Rocha

GRADUADOS

Azevedo Hamilton Cartaxo
Breno Valério Fausto de Medeiros
Caio Otávio Regalado de Alencar
Daniel Robson Linhares de Lima
Flávio Corte Pinheiro de Sousa
Francisco Cláudio Rocha Victor
Giulliana Silveira de Souza Lima
Guglielmo Marconi Soares de Castro
Hamilton Vieira Sobrinho
Ítalo Moreira Martins
Jessé de Andrade Alexandria
Júlio Aurélio Moreira Coutinho
Lúcio Romero Marinho Pereira
Uefla Fernanda Duarte Fernandes

EDITORIAL

O ambiente sóciocultural vivido na contemporaneidade remete a um sistema de valores e a um conjunto de características as quais o tornam um período marcado por fortes contrastes, o que é particularmente evidenciado quando se analisam os níveis de desenvolvimento sócioeconômico, tecnológico e científico, as desigualdades sociais, o acesso à informação, os avanços da informática e dos meios de comunicação, as relações diplomáticas, comerciais e de consumo. Reflexo disso é o dinamismo e o escopo globalizante das instituições modernas, derivadas da separação do espaço e do tempo. As relações tornam-se impessoais, entre "ausentes".

Uma tal complexidade exige, da Ciência e dos cientistas e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, uma postura que permita penetrar na estrutura do real e construir-lhe significados que possibilitem compreendê-lo e explicá-lo adequadamente, através de criteriosas investigações da ampla gama de problemas postos, diuturnamente, pelas novas contexturas, cada vez mais voláteis.

Este mesmo ambiente de incertezas, característico de um período de transição, é vivido no campo do Direito. Superada a dicotomia Jusnaturalismo-Juspositivismo, fala-se atualmente em Pós-Positivismo e em Nova Hermenêutica, exatamente para se demarcarem as novas posturas exigidas aos juristas e aos profissionais da área jurídica, diante da realidade atual, em que a lógica, em sua pureza abstrata, perde espaço para os ideais de concretização dos direitos fundamentais. Neste contexto, põem-se, diante dos juristas contemporâneos, questões antes apenas pensadas em termos de ficção científica, por exemplo a clonagem e a manipulação genética de organismos, dos contratos impessoais e crimes virtuais possibilitados pela Rede Mundial de Computadores, entre tantas outras questões inerentes ao atual estágio de desenvolvimento.

Consciente da atual contextura que a modernidade perpassa, e imbuída do espírito crítico e da necessidade de fomentar o debate e incentivar a pesquisa e a manifestação do pensamento, aprimorando-se o saber em torno de questões de relevância científica e social, a Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, através da Coordenação da Região Oeste, abraça este empreendimento, que é lançar o primeiro espaço jurídico para o debate acadêmico, na cidade de Mossoró.

A Revista Direito e Liberdade é um periódico semestral que busca incentivar a produção científica no Estado do Rio Grande do Norte, em especial na Região Oeste potiguar, além de pretender representar um espaço de divulgação

do conhecimento, não só na área jurídica, mas, nas áreas afins, como por exemplo as coirmãs Filosofia, Sociologia e Ciência Política.

Portanto, é com muita honra que a equipe da Coordenação da Região Oeste da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte apresenta a primeira edição da Revista Direito e Liberdade. A todos os nossos colaboradores, àqueles que nos enviaram trabalhos para publicação, assim como aos que nos incentivaram, moral e financeiramente, na realização deste projeto, o nosso muito obrigado.

ESMARN
Escola da Magistratura do RN

SUMÁRIO

EXISTÊNCIA E VALIDADE DA RELAÇÃO PROCESSUAL
Andreo Alekxandro Nobre Marques 15

A CONCEPÇÃO DE TEMPO NO LIVRO XI DAS CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO
Antônio Jorge Soares..... 33

APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO JURÍDICO DE CIDADANIA
Aurinilton Leão Carlos Sobrinho 41

AVANÇOS E RETROCESSOS DO DIREITO DO AMBIENTE NA EUROPA COMUNITÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA DA DIRECTIVA 2004/35/CE RELATIVA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
Branca Martins da Cruz 93

SER E DEVER SER NA TEORIA KELSENIANA DO DIREITO
Eduardo Ramalho Rabenhorst 119

A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
Elaine Garcia Ferreira 131

CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE: EM BUSCA DA DEVIDA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
Fábio Wellington Ataíde Alves 149

PRESSUPOSTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL
Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira 161

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
Francisco Seráphico da Nóbrega Coutinho 211

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: EVOLUÇÃO E FRAGILIDADES - ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PUBLICO
Hugo Nigro Mazzilli 225

SUMÁRIO

CONTROLE JURISDICIONAL E DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
Jorge Cruz de Carvalho 247

A REVISÃO CRIMINAL, UM DIREITO NÃO SÓ DO CONDENADO, MAS TAMBÉM DA SOCIEDADE
Jorge Henrique de Almeida Silveira 257

A CONCEPÇÃO MATERIAL DO TIPO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CAUSA DE EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE
José Armando Ponte Dias Júnior 271

CIDADANIA, DIREITO, LIBERDADE E NOVA ÉTICA URBANA
Laécio Noronha Xavier 285

RECALL: INSTRUMENTO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE REPRESENTATIVA
Lauro Gurgel de Brito 307

DEMOCRACIA NO PODER JUDICIÁRIO
Martonio Mont'alverne Barreto Lima 317

MINISTÉRIO PÚBLICO – TRAÇOS DE SUA ORIGEM
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho 331

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO – UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA
Renato Vasconcelos Magalhães 355

BREVE ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL NO PROCESSO CIVIL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAIS
Robinson Luís Duarte Barbosa 371

CÓDIGO CIVIL DE 2002: A RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRADOR NÃO-SÓCIO E AS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS LTDA
Rodrigo Toscano de Brito 387

SUMÁRIO

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VALIDADE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS
Rogério Magnus Varela Gonçalves 409

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior 445

A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS CHAMADAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Valéria Maria Lacerda Rocha 467

JUSTIÇA COMO EQÜIDADE EM JOHN RAWLS : UMA LEITURA ACERCA DO SEU STATUS DE TEORIA ALTERNATIVA
William Coelho de Oliveira 483